GOVERNO DO ESTADO
LEI Nº 9.725
DE 25 DE AGOSTO DE 2025

Institui o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos – PEAA, no âmbito do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado de Sergipe, o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos – PEAA, com a finalidade precípua de promover e fortalecer a agricultura familiar, a inclusão econômica e social, e a segurança alimentar e nutricional da população sergipana.

Parágrafo único. O PEAA visa garantir a aquisição direta e indireta de gêneros alimentícios para assegurar a continuidade das ações de abastecimento e incentivo à agricultura familiar, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e sustentável das comunidades rurais sergipanas, gerando renda nos municípios atendidos e beneficiando

Art. 2º São objetivos específicos do Programa Estadual de Aquisição de Alimentos:

I – estimular e fortalecer a agricultura familiar, favorecendo a inserção econômica e social de povos e comunidades tradicionais, com o fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos e à geração de renda;

II – fomentar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais do Estado de Sergipe;

III – promover o abastecimento alimentar e o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias à população sergipana em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV – incentivar a aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar nas compras realizadas por órgãos públicos do Estado de Sergipe;

V – aumentar o consumo de alimentos saudáveis, sustentáveis, e que valorizem a cultura alimentar local e regional e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN);

VI – fortalecer redes de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais do Estado de Sergipe;

e

VII – manter a juventude rural no campo, garantindo a continuidade da produção agrícola familiar e o desenvolvimento sustentável das áreas rurais, através da geração de renda e de inovação.

Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I – Agricultura Familiar: aquela definida na Lei (Federal) nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;

II – Agricultor Familiar e Empreendedor Familiar Rural: a pessoa física ou jurídica, que atenda aos requisitos previstos no art. 3º da Lei (Federal) nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

III – Organização de Agricultores Familiares: cooperativa de agricultores familiares ou demais empreendimentos familiares rurais;

IV – Unidade Familiar de Produção Agrária: conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, e que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele;

V – Beneficiários Fornecedores: agricultores que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - DAP jurídica válida ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF jurídica ativa, ou na ausência dos mesmos, que estejam cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico como acampado, assentado da reforma agrária, ou beneficiário do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, quilombolas, indígenas, povos ciganos, e demais grupos tradicionais e específicos;

VI – Organizações Fornecedoras: cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoas jurídicas de direito privado que detenham a DAP jurídica válida ou CAF jurídica ativa;

VII – Unidades Receptoras: as entidades socioassistenciais, os equipamentos sociais de segurança alimentar e nutricional e as demais entidades de atendimento não governamentais;

VIII – Unidades Executoras: órgãos e entidades da administração pública estadual, direta ou indireta, responsáveis pela execução do PEAA, em qualquer uma das suas modalidades, inclusive aqueles que figuram como compradores na modalidade Compra Institucional;

IX – Beneficiários Receptores: indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos por entidades socioassistenciais, pelos equipamentos sociais de alimentação e nutrição, pelas redes públicas e filantrópicas de ensino e de saúde; pessoas que estejam sob custódia do Estado em estabelecimentos prisionais ou em unidades de internação dos sistemas socioeducativos, dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e pelas demais ações de alimentação e nutrição financiadas pelo poder público;

X – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

XI – Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras;

XII – Produtos Orgânicos: aqueles oriundos de sistema de produção definido nos termos do art. 1º da Lei (Federal) nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

XIII – Produtos Agroecológicos: aqueles definidos nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto (Federal) nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO;

XIV – Produtos Manufaturados: aqueles fabricados a partir de alimentos “in natura”, que passaram por processo de manipulação, beneficiamento, transformação ou industrialização;

XV – Chamada Pública: procedimento administrativo voltado à seleção da melhor proposta para aquisição de produtos de beneficiários fornecedores e organizações fornecedoras.

§ 1º As entidades socioassistenciais a que se referem as Unidades Receptoras de que trata o inciso VII do “caput” deste artigo são as seguintes:

Art. 3º Para a aquisição governamental dos produtos e serviços de que trata esta Lei, devem ser priorizados os beneficiários fornecedores agricultores familiares e empreendedores da economia solidária do Estado de Sergipe, com cota de 10% (dez por cento) para cada um dos grupos identificados abaixo:

I – povos indígenas, povos ciganos, pescadores artesanais, extrativistas, extrativistas costeiros e marinhos, caatingueiros, povos e comunidades de terreiro, povos e comunidades de matriz africana, raizeiros, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, conforme Decreto (Federal) nº 8.750, de 09 de maio de 2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais;

II – negros;

III – mulheres, idosos e pessoas com deficiência;

IV – assentados da reforma agrária;

V – jovens entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos;

VI – pessoas em situação de rua;

VII – indivíduo ou família com vínculos familiares rompidos, ou fragilizados;

VIII – família de preso do sistema carcerário;

IX – família de catadores de materiais recicláveis;

X – indivíduos resgatados de trabalho análogo à escravidão.

§ 1º Em caso de não preenchimento da cota de 10% (dez por cento) mencionada no “caput” deste artigo, as vagas remanescentes devem ser preenchidas pelos demais grupos elencados, seguindo a ordem crescente de numeração prevista nos incisos de I a X do “caput” deste artigo.

§ 2º Em caso de ausência de DAP válida ou CAF ativo, os grupos tradicionais e específicos indicados neste artigo, que se enquadrem como agricultores familiares, conforme definição do art. 3º da Lei (Federal) nº 11.326, de 24 de julho 2006, podem comprovar a condição de beneficiário através do Número de Identificação Social – NIS do CadÚnico.

§ 3º Em caso de ausência de DAP válida ou CAF ativa, os assentados da reforma agrária indicados neste artigo, que se enquadrem como agricultores familiares, conforme definição do art. 3º da Lei (Federal) nº 11.326, de 24 de julho 2006, podem comprovar a condição de beneficiário através da certidão emitida pelo Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos específicos do Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária:

I – impulsionar e fortalecer a agricultura familiar, promovendo a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao beneficiamento de alimentos e à geração de renda;

II – estimular a sustentabilidade da produção da agricultura familiar e da economia solidária no Estado de Sergipe, contribuindo para a prática de preços justos e adequados, ampliando o mercado de consumo destes produtos;

III – incentivar a aquisição dos produtos provenientes da agricultura familiar, bem como da aquicultura familiar e da pesca artesanal, nas compras realizadas pelo Poder Público Estadual, notadamente aquelas destinadas a atender hospitais públicos, estabelecimentos prisionais, refeitórios escolares, entre outros equipamentos institucionais, garantindo alimentos de qualidade às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, em conformidade com a Lei (Federal) nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

IV – incentivar o consumo de alimentos saudáveis, sustentáveis e que valorizem a cultura alimentar local e regional;

V – promover o abastecimento da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e do mercado governamental, com vistas à segurança e abastecimento alimentar;

VI – fortalecer os espaços e as redes de comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar e da economia solidária;

VII – gerar inclusão social, trabalho e renda;

VIII – apoiar a prática do associativismo e cooperativismo e incentivar as iniciativas de economia solidária; e

IX – incentivar o comércio justo e solidário.

Art. 5º O PECAFES deve ser integrado e articulado às políticas e programas governamentais que visam assegurar o direito humano à alimentação adequada.

CAPÍTULO IV DAS MODALIDADES DE EXECUÇÃO

Art. 6º O Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária deve ser executado nas seguintes modalidades:

I – Compra Direta;

II – Compra Indireta.

§ 1º Entende-se como Compra Direta a aquisição de gêneros alimentícios e a contratação de serviços da agricultura familiar e/ou da economia solidária, realizada pelo Estado, por meio de chamadas públicas.

§ 2º Entende-se por Compra Indireta a aquisição de alimentação preparada, através de beneficiários fornecedores contratados pelo Estado, que ficam obrigados a incluir na composição de seus cardápios gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar.

Art. 7º A modalidade Compra Indireta deve ser viabilizada a partir de recursos financeiros a serem repassados pelo Governo do Estado para a aquisição de alimentação preparada, ficando as empresas fornecedoras obrigadas a incluir na composição do cardápio produtos oriundos da agricultura familiar, podendo estes produtos ser objeto de chamada pública paralela, como forma de proporcionar a participação isonômica dos produtores na Compra Indireta, devendo ser priorizada a produção realizada pelos produtores previstos no art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. Devem ser destinados, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos recursos alocados para a aquisição de produtos e serviços oriundos da agricultura familiar ou de empreendimentos da Economia Popular Solidária, como forma de promover a inclusão produtiva, o fortalecimento da economia local e a valorização de práticas sustentáveis.

Art. 8º O percentual estabelecido no parágrafo único do art. 7º desta Lei pode ser dispensado nas seguintes condições:

I – não existir oferta de produtos oriundos da agricultura familiar, em função da ocorrência de secas ou enchentes;

II – os produtos ofertados pela agricultura familiar não estejam em condições higiênico-sanitárias adequadas;

III – inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios por parte dos beneficiários fornecedores;

IV – incidência de pragas ou doenças que resulte na perda da produção.

Parágrafo único. Os condicionantes tratados nos incisos I ao IV deste artigo devem ser comprovados mediante laudo técnico emitido pela Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO, ou outro órgão competente.

CAPÍTULO V DO GRUPO GESTOR DO PROGRAMA

Art. 9º Deve ser constituído, por meio de Decreto, o Grupo Gestor do Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária, coordenado pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania – SEASIC, com o objetivo de acompanhar e monitorar a implementação e gestão das ações correlatas às compras governamentais.

Art. 10. Ao Grupo Gestor do PECAFES compete definir os critérios de suspensão e exclusão dos beneficiários fornecedores do Programa, que devem constar em Regulamento.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. O Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária deve ser viabilizado com recursos oriundos de dotação orçamentária própria de cada unidade executora.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a editar os atos necessários à execução do Programa de que trata esta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Aracaju, 25 de agosto de 2025; 204º da Independência e 137º da República.

FÁBIO MITIDIERI
GOVERNADOR DO ESTADO

Jorge Araujo Filho
Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil

Érica Lima Cavalcante Mitidieri
Secretária de Estado da Assistência Social,
Inclusão e Cidadania

Cristiano Barreto Guimarães
Secretário Especial de Governo